

Clipping Diário

TJPI



17/09/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CidadeVerde.com	16/09/19		

16/09/19, 09:56

Presidente do TJ assina termo de doação de ônibus para a Fazenda da Paz

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Ribeiro Martins, assinou, no último dia 11, Termo de Doação de um veículo (ônibus: ano/modelo: 2003; Renavan; movido a diesel) destinado à entidade de caráter assistencial Fazenda da Paz. O Termo foi assinado pela representante da instituição social, Eneida Maria Medeiros Lustosa, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 8.666/93.

“O Poder Judiciário tem como principal dever o de estabelecer a paz social e fazer Justiça, mas também nos preocupamos com ações sociais”, declara o presidente do TJ-PI. O desembargador Sebastião Martins destaca a importância da entrega do veículo à entidade e evidencia ações e parcerias sociais já realizadas pelo Tribunal de Justiça do Piauí.

“O TJ-PI está doando hoje um ônibus para facilitar o transporte dos funcionários e até mesmo dos próprios internos da Fazenda da Paz. Além disso, temos outra ação social que é feita por meio das audiências de custódia; o indivíduo que cometeu um delito e foi liberado na audiência de custódia, na condição de usuário de droga, poderá ser encaminhado, de maneira voluntária, a uma das instituições que temos parceria para tratamento, a Fazenda da Paz ou a Casa do Oleiro”, reitera.

Essa ação social integra o projeto “Ressocializar para não prender”, desenvolvido pela Central de Inquéritos da comarca de Teresina em parceria com a Fazenda da Paz. De acordo com o coordenador da entidade, Célio Barbosa, “o projeto dá oportunidade ao dependente químico de se tratar”. “A Fazenda da Paz aprendeu muito com o TJ-PI no sentido de ter rigor, mas acolher e salvar vidas. Temos parceria com o Tribunal de Justiça do Piauí desde 2004 e um dos projetos viabilizados com essa parceria é o Fórum Social de Políticas Sobre Drogas do Estado do Piauí, que acontece a cada dois anos. Neste ano, o Fórum será realizado no Auditório do TJ-PI, no mês de novembro”, elenca.

Projetos

O “Ressocializar Para Não Prender” é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, por meio do qual formou-se uma rede de apoio social com a participação de diversos órgãos

governamentais e privados, voltada ao fornecimento de tratamento voluntário para alcoolismo e toxicomania em instituições terapêuticas (Fazenda da Paz e Casa do Oleiro), além de propiciar a inserção no mercado de trabalho, mediante oferta de capacitação e vagas em empregos formais.

Fazenda da Paz

Há 24 anos, a entidade realiza trabalho de assistência social e religiosa junto a pessoas com dependência química no Estado do Piauí. Considerada uma comunidade terapêutica, a Fazenda da Paz desenvolve diversos programas voltados à reinserção dos dependentes químicos nos âmbitos familiar e profissional na sociedade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Política Dinâmica	16/09/19		

Desembargador Sebastião Martins assina Termo de Doação de ônibus destinado à Fazenda da Paz

ÔNIBUS VAI AJUDAR O PROJETO 'RESSOCIALIZAR PARA NÃO PRENDER', QUE TRABALHA NA RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

16/09/2019 11:51

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Ribeiro Martins, assinou, nesta quarta-feira (11), Termo de Doação de um veículo (ônibus: ano/modelo: 2003; Renavan; movido a diesel) destinado à entidade de caráter assistencial Fazenda da Paz. O Termo foi assinado pela representante da instituição social, Eneida Maria Medeiros Lustosa, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 8.666/93.

“O Poder Judiciário tem como principal dever o de estabelecer a paz social e fazer Justiça, mas também nos preocupamos com ações sociais”, declara o presidente do TJ-PI. O desembargador Sebastião Martins destaca a importância da entrega do veículo à entidade e evidencia ações e parcerias sociais já realizadas pelo Tribunal de Justiça do Piauí.

“O TJ-PI está doando hoje um ônibus para facilitar o transporte dos funcionários e até mesmo dos próprios internos da Fazenda da Paz. Além disso, temos outra ação social que é feita por meio das audiências de custódia; o indivíduo que cometeu um delito e foi liberado na audiência de custódia, na condição de usuário de droga, poderá ser encaminhado, de maneira voluntária, a uma das instituições que temos parceria para tratamento, a Fazenda da Paz ou a Casa do Oleiro”, reitera.

Essa ação social integra o projeto “Ressocializar para não prender”, desenvolvido pela Central de Inquéritos da comarca de Teresina em parceria com a Fazenda da Paz. De acordo com o coordenador da entidade, Célio Barbosa, “o projeto dá oportunidade ao dependente químico de se tratar”. “A Fazenda da Paz aprendeu muito com o TJ-PI no sentido de ter rigor, mas acolher e salvar vidas. Temos parceria com o Tribunal de Justiça do Piauí desde 2004 e um dos projetos viabilizados com essa parceria é o Fórum Social de Políticas Sobre Drogas do Estado do Piauí, que acontece a cada dois anos. Neste ano, o Fórum será realizado no Auditório do TJ-PI, no mês de novembro”, elenca.

PROJETOS

O “Ressocializar Para Não Prender” é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, por meio do qual formou-se uma rede de apoio social com a participação de diversos órgãos governamentais e privados, voltada ao fornecimento de tratamento voluntário para alcoolismo e

toxicomania em instituições terapêuticas (Fazenda da Paz e Casa do Oleiro), além de propiciar a inserção no mercado de trabalho, mediante oferta de capacitação e vagas em empregos formais.

FAZENDA DA PAZ

Há 24 anos, a entidade realiza trabalho de assistência social e religiosa junto a pessoas com dependência química no Estado do Piauí. Considerada uma comunidade terapêutica, a Fazenda da Paz desenvolve diversos programas voltados à reinserção dos dependentes químicos nos âmbitos familiar e profissional na sociedade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Política Dinâmica	16/09/19		

Planejamento e gestão compartilhada elevam nível de eficiência do TJ-PI

RESULTADO DAS ÚLTIMAS GESTÕES APARECE E COLOCA O TRIBUNAL COMO 3º MAIS TRANSPARENTE DA JUSTIÇA ESTADUAL

14/09/2019 11:16

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) é o terceiro tribunal mais bem colocado no âmbito da Justiça Estadual no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, confeccionado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre todos os 93 tribunais brasileiros, o TJ-PI é o 14º mais bem avaliado. Instituído pela Resolução 260/2018 do CNJ, o Ranking analisa o grau de informação que os tribunais brasileiros disponibilizam aos cidadãos.

Em comparação ao Ranking divulgado em 2018, o TJ-PI avançou três posições na tabela referente aos tribunais estaduais e 11 em relação a todos os tribunais brasileiros. “Nós já apresentávamos um bom desempenho na área de transparência e, agora, demos um salto. Uma gestão transparente propicia o respeito aos direitos dos jurisdicionados, fortalece a democracia e possibilita a identificação das necessidades de aprimoramento da gestão, entre outros aspectos que a tornarão mais eficiente”, afirmou o desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

Para a superintendente de Controle Interno do TJ-PI, Isabela Tabatinga, esse avanço “deve-se ao apoio da gestão do desembargador Sebastião e à priorização da transparência como um dos eixos do plano de gestão durante o seu mandato”. “De uma forma geral, o acesso à informação é um requisito importante para o aperfeiçoamento da gestão pública, controle social e a participação popular”, declarou.

Os critérios utilizados para a avaliação foram divididos em dois grupos: transparência ativa e transparência passiva. De maneira geral, estes critérios avaliam a apresentação das informações à sociedade e a quantidade de dados disponibilizados, se eles estão disponíveis em formato aberto, de forma acessível e clara. De acordo com o levantamento, o TJ-PI alcançou índice de 89,71% de cumprimento dos critérios aferidos.

RANKING

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário será divulgado anualmente pelo CNJ, como prevê a Resolução CNJ nº 215/2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI).